

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS/MS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

MARIA CRISTINA HERMINA OBA

**AGRICULTURA FAMILIAR DE DEODÁPOLIS-MS E A COMERCIALIZAÇÃO DE  
HORTALIÇAS PARA A CEASA – UNIDADE DE DOURADOS/MS**

DOURADOS/MS  
2018

MARIA CRISTINA HERMINA OBA

**AGRICULTURA FAMILIAR DE DEODÁPOLIS-MS E A COMERCIALIZAÇÃO DE  
HORTALIÇAS PARA A CEASA – UNIDADE DE DOURADOS/MS**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Profa. Dra. Jane C. A. Mendonça

Banca Examinadora:

Professor José Jair S. Viana

Professor Narciso B. Gomes

DOURADOS/MS  
2018

**AGRICULTURA FAMILIAR DE DEODÁPOLIS-MS E A COMERCIALIZAÇÃO DE  
HORTALIÇAS PARA A CEASA – UNIDADE DE DOURADOS/MS**

MARIA CRISTINA HERMINA OBA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em administração pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

---

Jane Corrêa Alves Mendonça, Dra  
Presidente

---

José Jair Soares Viana, Dr  
Avaliador

---

Narciso Bastos Gomes, Dr  
Avaliador

Dedico, primeiramente, a Deus, meu pai minha mãe, irmãs, e a toda família e amigos que me apoiaram para tornar possível mais essa conquista, me sinto privilegiada por tê-los em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof. Dra. Jane Corrêa Alves Mendonça, pela orientação, por toda atenção, apoio e paciência a mim dispensada.

Ao Prof. José Jair Soares Viana, Prof. Narciso Bastos Gomes, Prof. Everton Vogel e a todo Corpo Docente da UFGD, técnicos, colegas de classe e amigos, que contribuíram e fizeram parte na minha vida acadêmica.

Aos funcionários da AGRAER, secretaria da agricultura de Deodápolis agradeço pela possibilidade de coletar os dados, e todos os agricultores familiares que contribuíram para que essa pesquisa se realizasse.

*“Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente de qualquer jeito”.*

*(Martin Luther king)*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar o interesse e preparo dos agricultores familiares de Deodópolis-MS, produtores de hortaliças, em se tornarem fornecedores da futura Central de Abastecimento (CEASA) Dourados –MS. A gestão de uma propriedade rural é uma atividade complexa por envolver compras de insumos, técnicas adequadas de manejo que demandam apoio especializado e, quando se trata de hortaliças, o produtor tem que lidar com a especificidade, sazonalidade e a perecibilidade. Diante dessa situação a pesquisa analisou se há planejamento dos órgãos governamentais, junto aos produtores da agricultura familiar para se tornarem potenciais fornecedores da CEASA Dourados - MS, em especial os produtores do município de Deodópolis-MS; avaliou o suporte técnico e a infraestrutura da agricultura familiar do município pesquisado e ainda foi possível descrever o processo de comercialização desses agricultores familiares. Para o suporte metodológico foram realizadas entrevistas com questionários semi-estruturados com quatro produtores da agricultura familiar da área estudada, e aplicados questionários abertos com o representante da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e com o representante da secretaria municipal do setor agrário. A análise dos resultados permitiu identificar que há planejamento por parte da Agraer e do município, para que os produtores de hortaliças se tornem fornecedores, e constatou que os produtores estão satisfeitos com apoio técnico recebido, e que somente um dos quatro agricultores entrevistados tem interesse em se tornar fornecedor da CEASA – Dourados/MS.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; CEASA; Produção

## ABSTRACT

This manuscript aims to identify the family farmers from the city of Deodapolis, in MS State, who are veggies producers, and their interest in the future in taking part of a Food Supply Central (CEASA) in Dourados city. Management of a rural property is a complex activity once it involves the purchase of inputs, adequate techniques which demand specialized support, and when it comes to vegetables, producer may deal with specificity, seasonality and perishability. Before this scenario, this research assessed if the governmental organs have planned with the producers of family agriculture their affiliation to CEASA, for becoming the suppliers, especially the ones from Deodapolis. It also assessed the technical support and the infra structure of family agriculture in this county and the commercialization processes of such professionals. For the methodological approach, we applied - through interviews - semi-structured questionnaires to four producers from that specific area; we also applied opened-questions questionnaires to the AGRAER (Rural Extension and Agrarian Development Agency) representative and to the agrarian sector of the municipal secretary. Results analysis identified both institutions - AGRAER and municipal secretary – planned the production with the veggies producers, and showed they are satisfied with all the technical support they receive; it also showed that one of the four producers is interested in becoming a supplier in CEASA in Dourados – MS.

**Keywords:** family agriculture; CEASA, production



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Produção Agrícola da Agricultura Familiar Brasileira .....	20
<b>Figura 2</b> – Cadeia de Produção da Agricultura Familiar .....	22
<b>Figura 3</b> – Gráfico da etapa que mais agrega valor no agronegócio .....	23
<b>Figura 4</b> – Mapa da Área de abrangência da Companhia Mate Laranjeira e da CAND .....	26
<b>Figura 5</b> – Esquematização de uma Associação .....	30

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Classificação da área rural segundo sua rentabilidade .....	21
<b>Quadro 2</b> – Classificação da área rural segundo sua área .....	21
<b>Quadro 3</b> – Perfil dos Agricultores Familiares de Deodápolis/MS .....	39
<b>Quadro 4</b> – Análise da produção .....	40
<b>Quadro 5</b> – Análise da comercialização .....	42
<b>Quadro 6</b> - Análise Geral dos Entrevistados .....	45

## **LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AGRAER** – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

**ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural

**ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**CAND** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

**CEAGESP** – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

**CEASA** – Central de Abastecimento

**CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento

**FLV** – Frutas Legumes E Verduras

**MAPA** – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PROAGRO** – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

**PROHORT** – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas

**SINAC** – Sistema Nacional de Abastecimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 Definição da Problemática .....	15
1.2 Objetivos .....	15
1.2.1 Objetivo Geral .....	15
1.2.2 Objetivos Específicos .....	15
1.3 Justificativa .....	16
<b>2 REVISÃO TEÓRICA</b> .....	18
2.1 Agricultura Familiar .....	18
2.1.2 Mato Grosso do Sul .....	23
2.2 Estrutura Colonizadora do Município de Deodópolis .....	25
2.3 Especificidade das Hortaliças .....	27
2.4 Sustentabilidade do Agricultor Familiar .....	27
2.4.1 Restrições .....	29
2.5 CEASA .....	31
2.5.1 Histórico .....	31
2.5.2 Importância Socioeconômica .....	32
2.5.3 Responsabilidade Ambiental .....	34
2.5.4 CEASA/MS .....	35
2.5.5 Logística .....	36
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	37
3.1 Delineamento da Pesquisa .....	37
3.2 Definição da Unidade de Análise .....	37
3.3 Técnica da Pesquisa .....	37
3.4 Instrumento de Coleta de Dados .....	38
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	38
4.1 Análise dos Agricultores .....	38
4.1.1 Análise do Perfil .....	38
4.1.2 Análise da Produção .....	40
4.1.3 Análise da Comercialização .....	42
4.2 AGRAER .....	44
4.3 Administração Municipal .....	44

<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICE</b>	

## 1 - INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2017) a agricultura familiar é responsável por 70% do fornecimento de alimentos no Brasil. Esse percentual corresponde a 25% do território nacional e o restante (75%) é ocupado pelos produtores de grande porte que direcionam 80% da sua produção para exportação. Paradoxalmente, devido à dimensão de sua representativa contribuição, a agricultura familiar recebe menos investimentos, se compararmos com a quantidade expressiva do fornecimento de produtos agrícolas ao Brasil.

O cenário nacional de expansão do agronegócio exige que os produtores da agricultura familiar desenvolvam meios de produção alternativos e viáveis de maneira a se tornarem sustentáveis. Conforme o MDA (2017), para ser contemplado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o produtor rural deve estar dentro dos critérios estabelecidos. Dentre os requisitos, precisa ter até 4 módulos fiscais (que é a classificação compreendida como pequeno produtor rural); contratar até 2 funcionários formalmente, além dos membros da própria família e a renda bruta anual não pode ultrapassar R\$360.000,00.

No ano de 2016, a agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul movimentou cerca de R\$ 224 milhões de reais em crédito rural por meio do PRONAF. Do valor total aplicado pelos 79 municípios sul-mato-grossenses, R\$118 milhões foram para custeio de aquisição de sementes, medicamentos e ração para animais etc., e R\$105 milhões para investimentos em melhoria direta nas propriedades como recuperação de pastagens, compra de animais ou equipamentos, construção ou reforma de armazéns (Governo/MS/2016). Através desses financiamentos a agricultura familiar tem a possibilidade de produzir mais, logo, necessita expandir sua comercialização.

Nesse sentido, a implantação de uma CEASA é uma oportunidade para o agricultor familiar escoar a produção, ampliar a produtividade e, conseqüentemente, maximizar sua rentabilidade. No caso do Estado de Mato Grosso do Sul, encontra-se instalada desde 05 de julho de 1979 na cidade de Campo Grande a única CEASA desse estado, porém há em andamento o projeto para instalação de uma nova unidade na cidade de Dourados-MS.

Dentro do contexto da agricultura familiar encontra-se também o município de Deodápolis-MS. Com uma população de 12.000 habitantes, localizado a 360km da capital Campo Grande e distância de 84,5km de Dourados, a segunda maior cidade do estado. A agricultura familiar é a base da estrutura econômica do município de Deodápolis. Uma das características encontradas nessa categoria de atividade rural é a dificuldade em escoar a

produção, sendo que uma das alternativas é o agricultor familiar comercializar sua produção com as CEASAs.

## **1.1 - Definição da Problemática**

A estrutura colonizadora do estado de Mato Grosso do Sul, que foi a do desbravamento, não contribuiu para as características necessárias aos colonizadores para que se estabelecessem na região da Grande Dourados em forma de agricultores com o perfil empreendedor, ou seja, com o perfil de cooperativistas. Desde o processo histórico de colonização, por volta de 1943 no governo Vargas, os colonos da região enfrentaram problemas com a falta de eficiência do Governo em fornecer subsídios e mobilizar investimentos para a área colonizada (NAGLIS, 2014).

Atualmente, após a instalação de usinas sucroalcooleiras na região, muitos agricultores arrendaram suas terras e trabalham como funcionários em usinas, exercendo atividades em sua propriedade rural apenas para subsistência. Assim, há escassez de mão de obra para a agricultura familiar, pois os benefícios ofertados por essas empresas são mais atraentes do que trabalhar somente com a atividade rural.

Em virtude das informações até aqui apresentadas, o que se pretende analisar sobre a produção de hortaliças do município é se os produtores da agricultura familiar de Deodápolis-MS estão preparados e interessados em se tornar fornecedores da CEASA-Dourados/MS.

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Identificar se os produtores da agricultura familiar estão preparados e interessados em se tornar fornecedores do CEASA-Dourados/MS

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

- Analisar se há planejamento das administrações governamentais locais junto aos produtores da Agricultura Familiar para que se tornem potenciais fornecedores da CEASA – Dourados.
- Identificar a capacidade de produção de hortaliças do agricultor familiar do município de Deodápolis-MS para se tornar fornecedor da CEASA-Dourados/MS.

- Avaliar o suporte técnico e a infraestrutura da agricultura familiar do município pesquisado.
- Descrever o processo de comercialização dos agricultores familiares.

### **1.3 Justificativa**

A gestão das atividades de uma propriedade rural, ainda que pequena, enfrenta várias adversidades desde compras de insumos, técnicas de manejo que demandam apoio especializado e implicações como escoamento da produção, comercialização dos produtos e, além disso, no caso do produtor de hortaliças, adversidades como especificidades, sazonalidade e perecibilidade. Todas essas implicações sem encontram em um cenário econômico de recessão. O que ocorre é que as usinas sucroalcooleiras instaladas nas proximidades do município analisado estão reduzindo seu quadro de funcionários. Perdendo seus empregos, as pessoas retornam às atividades em suas propriedades rurais, porém continuam sem perspectivas. Ao mesmo tempo, a demanda local por determinadas hortaliças ainda é ressarcida pelos municípios vizinhos.

Diante da falta de poder competitivo, é necessário que a Agricultura Familiar recorra a inovações em técnicas que propiciem agregação de valor aos seus produtos, como a produção de cultivares orgânicos e ou agroecológicos. Os agricultores familiares podem ser beneficiados com apoio técnico adequado e eficiente. Nesse sentido, uma solução é a criação de cooperativas que reduzem os custos com logística, que é uma parte importante do processo produtivo. A comercialização por meio de cooperativas facilitaria o repasse dos produtos à CEASA-Dourados/MS, cuja comercialização pode ser uma forma viável de escoamento de produção e um incentivo para aumentar a produção.

Outra solução apoia-se no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em que, por meio de chamadas públicas, as escolas são orientadas a adquirir os alimentos - que se tornarão as refeições dos alunos - destes produtores familiares, o que corrobora com um dos objetivos desta pesquisa, que é analisar como se dá o processo produtivo desses profissionais. Os resultados nos mostram que os produtores familiares de Deodópolis não participam deste programa governamental, o que será descrito logo mais adiante. Assim, esta pesquisa também serviria como um instrumento de orientação a esses produtores quanto ao Programa, que funcionaria como mais uma opção ao escoamento destas produções.

Uma vez efetivada no município de Deodópolis-MS uma aprimorada infraestrutura que assegure melhorias de produtividade na agricultura familiar, toda a população do município é beneficiada, seja com alimentos de qualidade no comércio local e nas escolas,



seja com o aumento da produção e, com isso, melhorias na renda dos agricultores familiares e consequentemente, melhores condições de vida para os envolvidos.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 Agricultura familiar

O termo agricultura familiar já teve várias outras denominações. Até o início de 1990 a agricultura familiar era identificada como campesinato, pequena produção, agricultura de baixa renda, agricultura de subsistência, além de outras denominações (HESPANHOL, 2000). Ainda conforme Hespanhol (2000), outras nomenclaturas foram utilizadas para denominar o pequeno produtor rural ao longo dos anos, de acordo com as transformações pelas quais progrediram as atividades no campo e com o modo operacional de o pequeno produtor desempenhar suas atividades cultivares. Dessa forma, essas transformações fizeram com que o conceito de agricultura familiar fosse moldado conforme o transcorrer do tempo.

Conforme BUAINAIN, ROMEIRO e GUANZIROLI (2003) cada propriedade da agricultura familiar possui características peculiares, tanto em aspectos de disponibilidade de recursos, comercialização, capacidades de geração de renda ou quanto sua respectiva lucratividade.

Para VILPOUX (2011 p.18) os agricultores familiares englobam os proprietários de pequenas áreas, os assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, posseiros, arrendatários, parceiros, extrativistas, silvicultores e pescadores artesanais.

Já FERNANDES (2001, p. 29) cita que o conceito de agricultura familiar é diversificado e abrange o campesinato, para o autor a agricultura familiar desenvolve mais atividades além da propriedade denominada campesinato:

(...) o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa.

Pode-se concluir, portanto, que, enquanto o camponês realiza uma agricultura de subsistência, o agricultor familiar diferencia-se por possuir algumas características empreendedoras.

Considerando as características da agricultura familiar, na década de 1990, o INCRA passou a denominar os estabelecimentos agrários em patronal e familiar. O estabelecimento patronal se caracteriza pela separação entre gestão e trabalho com uma única espécie cultivada (monocultura), em que as técnicas de manejo são submetidas a um padrão e mão de obra assalariada. Por sua vez, a agricultura familiar centraliza a gestão e o trabalho; a

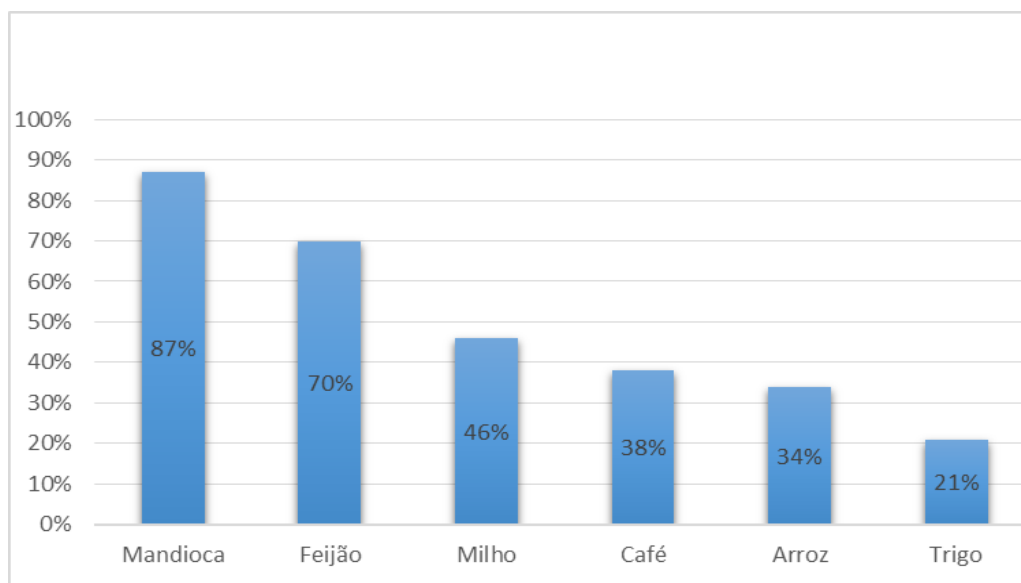
contratação da mão de obra assalariada, raramente ocorre e, em relação à produção, há uma diversidade. É possível dizer, portanto, que a propriedade patronal pode ser considerada como um estabelecimento empresarial e que utiliza métodos mais profissionais, enquanto que a agricultura familiar tem características empreendedoras, porém menos profissional, e o campesinato produz para subsistência.

Segundo o MDA (2017), a agricultura familiar tem dinâmicas e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Na modalidade familiar, a gestão da propriedade é compartilhada pela família, sendo a atividade agropecuária a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação afetiva com a terra, seu local de trabalho, moradia e a diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Quanto ao aspecto legal, a Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da agricultura familiar e os critérios para identificação desse público (Brasil, 2006). Conforme os dados do Censo Agropecuário (2006), do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 84,4% pertencem a grupos familiares, o que corresponde a aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos.

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário (2006), a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, assim, corresponde a 35% do produto interno bruto nacional. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Fica evidente, dessa forma, a expressiva contribuição da agricultura familiar para a economia nacional.

Os dados da Figura 1 revelam a importante contribuição da agricultura familiar na produção agrícola nacional no ano de 2017. Com volume de produção significativo, a categoria abastece grande parte da demanda nacional de alimentos agrícolas.

**Figura 1** - Produção Agrícola da Agricultura Familiar Brasileira

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2017)

Pela Figura 1 é possível observar que a produção agrícola da agricultura familiar tem grande participação no abastecimento da demanda nacional. Conforme os dados do MDA (2017), a agricultura familiar é responsável por quase todo o abastecimento de mandioca no país 87%, seguido do feijão, que atinge 70 % da produção nacional.

Mesmo que os produtores de grande porte tenham maior capacidade produtiva, a agricultura familiar ainda responde por 46% da produção de milho e 38% da produção de café, números considerados significativos devido ao fato de a produção de milho e café serem dominadas pelos produtores de propriedades de grande porte que dispõem de recursos e investimentos dos quais o agricultor familiar não se beneficia. Dessa forma, se confirma a relevância da agricultura familiar para o abastecimento de alimentos no Brasil.

A identificação da rentabilidade é uma das formas de classificar uma propriedade rural. Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a classificação da propriedade rural segundo a rentabilidade é feita pela Renda Bruta Agropecuária Anual (RBA) auferida ou, na falta dessa ou em caso de expansão da atividade, com a receita estimada.

No Quadro 1 encontra-se a classificação de porte de empresas e produtores rurais, segundo o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste 2012 (FNE).

**Quadro 1 - Classificação da propriedade rural segundo a Rentabilidade**

<b>Classificação da Propriedade Rural Segundo a Rentabilidade</b>	
<b>Área</b>	<b>Renda</b>
Mini/Micro	Até R\$ 360.000,00
Pequena	Acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00
Pequena-Média	Acima de R\$ 3.600.000,00 até R\$ 16.000.000,00
Média	Acima de R\$ 16.000.000,00 até R\$ 90.000.000,00
Grande	Acima de R\$ 90.000.000,00

**Fonte:** Dados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (2012).

Conforme apresentado no quadro 1, a propriedade rural é classificada como mini/micro quando sua RBA chega até R\$ 360.000,00; considera-se pequena a propriedade com renda de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00; para ser caracterizada como pequena-média a propriedade deve ter sua RBA acima de R\$ 3.600.000,00 até R\$ 16.000.000,00; para classificar como média, a renda deve ser acima de R\$ 16.000.000,00 até R\$ 90.000.000,00 e para ser classificada como grande propriedade rural a RBA deve ultrapassar R\$ 90.000.000,00. Essas são as classificações quanto ao porte das propriedades rurais.

Há, ainda, a classificação da propriedade rural segundo sua área. Em 1993, via Lei n.º 8.629, foi homologada a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Conforme essa Lei, a classificação da propriedade rural deve ser feita segundo a área abrangida. A referida Lei, em seu art. 4.º, incisos II e III, caracterizou a pequena e média propriedade rural.

No Quadro 2 é possível verificar a classificação da Propriedade Rural segundo a área, conforme a Lei n.º 8629 (SEBRAE, 2012)

**Quadro 2 - Classificação da propriedade rural segundo a ÁREA**

<b>Classificação da Propriedade Rural Segundo a Área</b>	
<b>Propriedade</b>	<b>Módulos</b>
Propriedade de pequeno porte	1 a 4 Módulos Fiscais
Propriedade de médio porte	4 a 15 Módulos Fiscais
Propriedade de grande porte	A partir de 16 módulos fiscais

**Fonte:** Dados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste(2012)

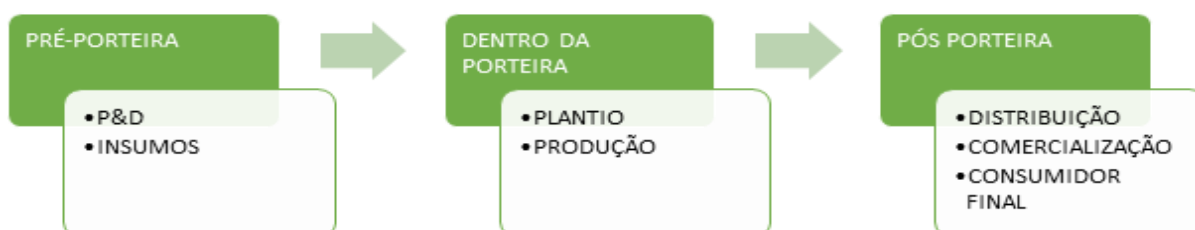
Conforme se verifica no quadro 2, a pequena propriedade precisa estar compreendida entre 1 a 4 módulos fiscais e a média propriedade precisa abranger de 4 a 15 módulos fiscais, admitindo que o valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares, logo, cada região do Brasil tem uma definição de medida distinta.

Em relação ao papel da pequena propriedade MACIEL (1996), muitas propriedades de pequeno porte que cultivam hortaliças atingem rentabilidade satisfatória, até mais que propriedades de grande porte. Contudo, o agricultor familiar não percebe que, nem sempre, utilizar os mesmos métodos de produção do grande produtor é a melhor opção, admitindo que sua realidade é diferente. Tal situação evidencia a falta de informação e capacitação que predomina no campo. Percebe-se, assim, a necessidade do uso de meios para aumentar a rentabilidade, logo, o uso de cadeias curtas é uma opção viável.

Ao tratarem sobre a cadeia de produção BATALHA e SILVA (2011), dizem que a cadeia é um conjunto de operações de transformação, capazes de serem separadas e ligadas entre si, submetendo-se a etapas. Os autores ainda classificam a cadeia produtiva entre as atividades: “pré-porteira” (insumos; pesquisa e desenvolvimento); “dentro da porteira” (produção agropecuária) e “pós-porteira” (canais de distribuição, logística, serviços de comercialização compreendendo nível atacadista, varejista e consumidor final).

As etapas “pré-porteira”, “dentro da porteira” e “pós-Porteira” compreendem atividades específicas e necessitam de recursos distintos em cada uma de suas etapas, como consta na Figura 2:

**Figura 2** - Cadeia de Produção da Agricultura Familiar



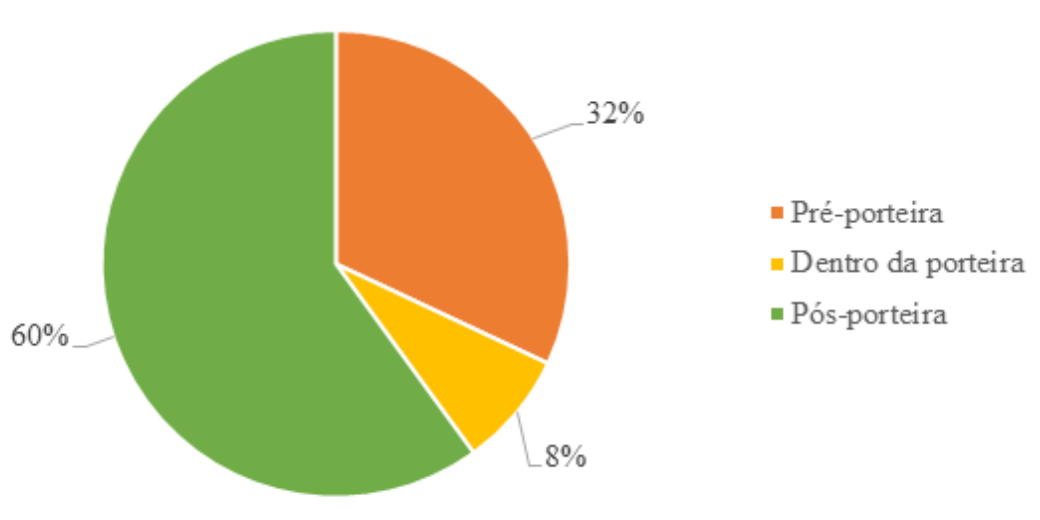
**Fonte:** Adaptado de BATALHA; SILVA (2011)

De acordo com Batalha e Silva (2011), a etapa que mais agrega valor no agronegócio é a etapa do “pós-porteira”, pois envolve o processamento, a transformação, a distribuição e a comercialização. Como não é o agricultor familiar que absorve a maior parte dos lucros e, sim, quem exerce a função da “pós-porteira”, é interessante que o agricultor familiar utilize as

cadeias curtas, que consistem na comercialização direta entre produtor e consumidor, pois, assim, é possível agregar mais valor ao seu produto.

A etapa “pós-porteira” agrega 60% do valor no agronegócio, seguida da atividade “pré-porteira” responsável por 32%, seguindo da etapa dentro da porteira que agrega 8%, como se observa na Figura 3:

**Figura 3** - Etapa que mais agrega valor no agronegócio



Fonte: Adaptado de BATALHA; SILVA (2011)

Conforme consta na Figura 3, a etapa que mais agrega valor no agronegócio é a etapa “pós-porteira”, isso gera a necessidade de viabilizar investimentos como subsídios ao agricultor familiar, para que ele também possa abranger essa etapa e extrair a maior parte dos lucros para sua família.

### 2.1.2 Mato Grosso do Sul

No ano de 2016, a agricultura familiar no Estado de Mato Grosso do Sul movimentou cerca de R\$ 224 milhões de reais em crédito rural, por meio do PRONAF. Do valor total aplicado pelos 79 municípios sul-mato-grossenses, R\$ 118 milhões foram para custeio com aquisição de sementes, medicamentos e ração para animais, e R\$ 105 milhões para realizar investimentos em melhoria direta nas propriedades como a recuperação de pastagens, compra de animais, equipamentos, construção ou reforma de armazéns (Governo/MS, 2016).

Ao falar sobre agricultura familiar, o diretor-presidente da AGRAER, Enelvo Felini, ressalta a importância do PRONAF como um instrumento essencial na expansão das atividades agrícolas, com financiamentos acessíveis, que possibilitem boas oportunidades para

o agricultor familiar, de forma que seja possível quitar os empréstimos. Além da formulação do documento, a AGRAER oferece serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os produtores, para que eles possam investir corretamente, e obter lucros, e essa rentabilidade lhes irá proporcionar melhores condições de vida (FELINI, 2016).

Conforme indicam os dados do Banco Central do Brasil (BCB) (2016) – Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), os cinco municípios que lideram o ranking de financiamentos no Estado são: Dourados (R\$ 25 milhões), Fátima do Sul (R\$ 9 milhões), Itaporã (R\$ 8 milhões), Deodápolis (R\$ 7,885 milhões) e Ivinhema (R\$ 7,750 milhões). Uma listagem que chama a atenção pela presença de municípios pequenos em posição de destaque, como é o caso de Fátima do Sul que, até o momento, ultrapassou Sidrolândia, considerada a cidade com o maior número de assentamentos do Estado (26 comunidades ao todo).

Dourados lidera o ranking com maior volume de crédito adquirido há pelo menos 12 anos. Com a segunda maior população do Estado, a cidade conta com cerca de 212.870 habitantes, desse total, 14.982 vivem no campo, ressalta o coordenador municipal da AGRAER de Dourados, Mauro Pelegrini (PELEGRINI, 2016).

De acordo com as informações expostas por Pelegrini (2016), a AGRAER conta com uma equipe de 330 servidores (zootecnistas, engenheiros agrônomos e agrimensores, veterinários, técnicos agrícolas e pecuários) que atuam da porteira para dentro das pequenas propriedades. “O atendimento é realizado durante todo ano, diretamente com as famílias, realizando visitas mensais, dias de campo, workshop, seminários e reuniões. Orientamos em todos os aspectos da produção: preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita, comercialização e incentivo na participação em feiras e exposições agropecuárias”, detalha Pelegrini. O coordenador municipal da AGRAER aponta que os financiamentos adquiridos através do PRONAF proporcionam benefícios para o próprio município onde reside o agricultor que adquire o recurso, isto é:

O benefício do PRONAF, é que o recurso adquirido pelos produtores fica no comércio local, gerando riqueza para os municípios, além da segurança financeira através da garantia do preço mínimo e do seguro pelo PROAGRO. Mas existem também programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e PNAE que incentivam o aumento da área de produção. Assim, a produção da agricultura familiar é consumida, também, nas escolas das cidades e pelos próprios filhos dos agricultores familiares (...) (PELEGRINI, 2016 *online*).



## 2.2 Estrutura Colonizadora do Município de Deodópolis

Naglis (2014) relata que em 1882, através do Decreto de nº 8799, de 9 de dezembro, Thomas Laranjeira obteve do Império brasileiro o arrendamento das terras para a exploração da erva-mate nativa, o que ocasionou o advento da influente Companhia Mate Laranjeira. Ainda segundo a autora, através do Decreto nº.520, de 23/06/1890, Thomas Laranjeira ampliou a área arrendada e deteve o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento.

Quanto à área da Companhia Matte Laranjeira, Arruda (1997), apud Naglis (2014, p.30), afirma que “na Resolução nº. 103, de 15/07/1985, a Companhia obteve a maior área arrendada, ultrapassando 5.000.000 ha, tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano para um grupo particular em todo o Brasil”. Conforme Foweraker (1982, p. 134), “a Companhia Matte Laranjeira não somente detinha grande concentração de terras em seu poder, assim como poder político e econômico, monopolizava o comércio de erva-mate” e dessa forma, tornou-se mais poderosa que o próprio estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

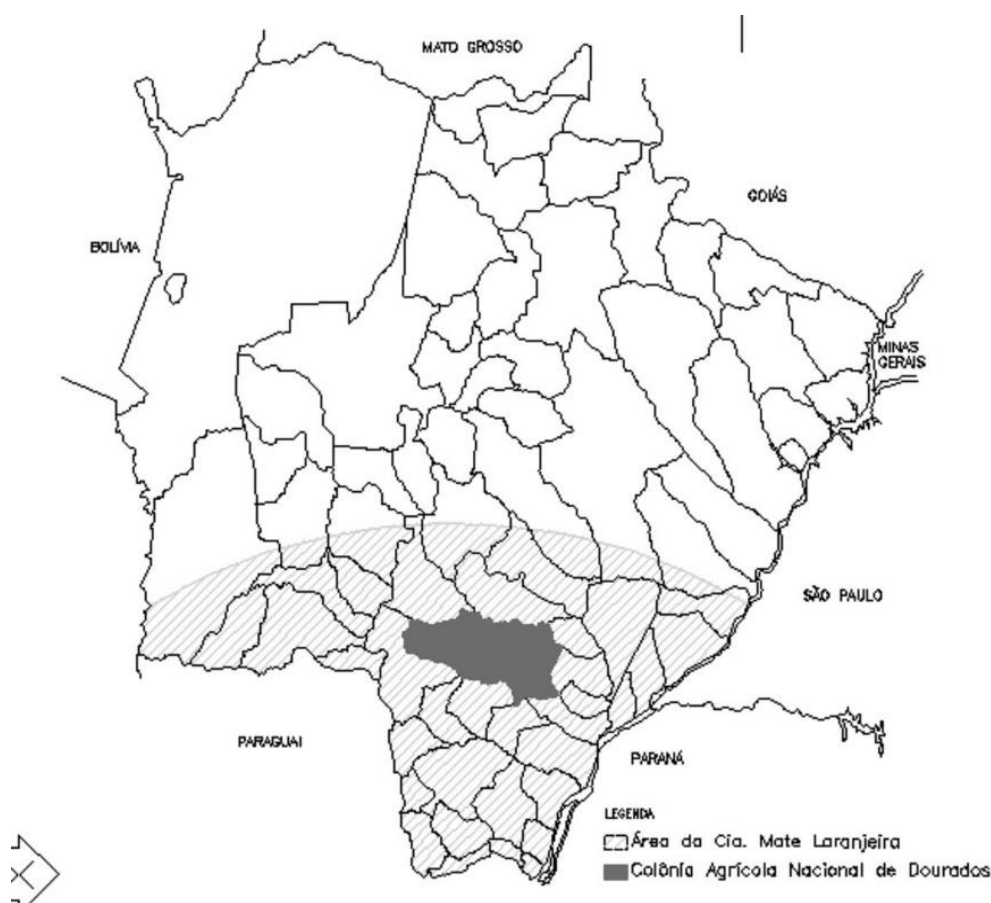
A Matte Laranjeira dominou politicamente o Estado de Mato Grosso, e por seu contrato com o estado dominou também a região sul. Esse contrato foi progressivamente limitado para 200 mil há mais ou menos, mas a companhia continuou a ocupar pelo menos 600.000 há, e dizem alguns, 1 milhão ha (FOWERAKER, 1982, p. 134).

Segundo Naglis (2014, p. 29), “no governo de Getúlio Vargas surge a política desenvolvimentista denominada Marcha para Oeste, que foi criada para povoar regiões fronteiriças do país, promover a integração, e frear o crescente poder político e econômico da Companhia Matte Laranjeira”. Percebe-se, assim, que a expansão agrícola e a colonização do interior foi um mecanismo utilizado para defender a soberania nacional, protegendo as fronteiras e também se tornou um meio para frear o crescimento político e econômico da Companhia Matte Laranjeira. Conclui-se, portanto, que a colonização na região não foi planejada para desenvolver a área colonizada. Assim, em 14 de fevereiro de 1941, são criadas as Colônias Agrícolas Nacionais por meio do Decreto-Lei nº 3059.

Após a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, em 28 de outubro de 1943, é criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com suas terras localizadas no Território Federal de Ponta Porã. Os migrantes foram atraídos pela campanha do Governo Vargas pela promessa da doação de terras. Dentre os requisitos, o interessado deveria ser maior de 18 anos e ter alguma experiência na área agrícola, portanto, os colonos vieram pela possibilidade de possuir uma terra e não por vocação para a lida no campo (NAGLIS, 2014). Assim, é possível

dizer que as pessoas que se estabeleceram na região não tinham o perfil necessário para desempenhar um trabalho satisfatório no campo, diferente de outras colonizações nas demais regiões brasileiras.

A área de abrangência da Companhia Mate Laranjeira compreendia grande parte do território do estado de Mato Grosso do Sul e, desproporcionalmente, a área de abrangência territorial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND obtinha uma abrangência bem inferior ao da Companhia Mate Laranjeira, como pode ser observado no Mapa 1.



**Figura 4** – Área de abrangência da Companhia Mate Laranjeira e da CAND.

Fonte: SMANIOTTO, Celso Rubens (2005) apud NAGLIS (2014 pag.32)

### 2.3 Especificidades das Hortaliças

Algumas das características que dificultam o cultivo de hortaliças são a precibilidade, a sazonalidade e as condições climáticas da localização da propriedade rural. Logo, a precibilidade das hortaliças é um fator que deve ser levado em consideração desde antes do plantio, sendo que fatores como a escolha da variedade a ser plantada e o ciclo de produção

configuram um ponto estratégico do planejamento do administrador rural, mesmo com as inovações tecnológicas referentes à logística, resfriamento e congelamento, que tem aumentado a vida útil dos produtos agrícolas (CALLADO, 2005).

Lago et al. (2009) discorrem sobre a importância da proximidade da propriedade com o local onde se encontram os consumidores devido ao alto grau de perecibilidade. Para os autores, esse fator agrega valor ao produto, e os agricultores que residem no entorno de áreas urbanizadas se beneficiam ainda mais sob essas condições.

Segundo Araújo (2010, p. 7) a sazonalidade (período específico de plantio e colheita) da produção agrícola depende das condições climáticas de cada região e apresenta períodos de safra e entressafra. Na produção de hortaliças, as condições climáticas são decisivas, pois afetam a produção mais que a sazonalidade, o que influencia diretamente os preços desses produtos.

## **2.4 Sustentabilidade do Agricultor Familiar**

O termo sustentabilidade surgiu na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, quando foi incorporada na discussão sobre desenvolvimento a questão do meio ambiente. A sustentabilidade foi definida com mais detalhes no relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, publicado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1988.

De acordo com Barbieri (2000), o relatório Brundtland é um dos primeiros documentos oficiais sobre sustentabilidade. Esse documento qualifica o desenvolvimento sustentável como satisfação das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas necessidades.

Em vista das informações do parágrafo anterior, encontra-se a agricultura familiar que está entre os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Mior (2005) considera a agricultura familiar como a solução para a sustentabilidade da agricultura brasileira. Para Fauth (2008), a agricultura familiar é uma das melhores maneiras de ocupação do espaço territorial rural, e ainda é capaz de promover geração de emprego e renda, além de cumprir um papel ambientalmente correto com a conservação da biodiversidade.

Guanziroli et al. (2001) afirmam que o diferencial competitivo da produção familiar está na capacidade de gerar renda por unidade de trabalho utilizando poucos recursos. Schneider (2009) reforça que o potencial de gerar valor agregado na produção reflete no

aumento de empregos produtivos. Essas razões evidenciam a importância de manter o homem no campo para o equilíbrio econômico e social da vida na cidade.

O modelo de desenvolvimento, as políticas públicas para a agricultura e a ação das agroindústrias são fatores que têm dificultado significativamente a permanência do agricultor familiar no campo, limitando o desenvolvimento local e regional (MDA, 2012). Para contrapor a isso, se faz necessária a utilização de ferramentas que propiciem a agregação de valor aos cultivos da agricultura familiar e uma das ferramentas é a produção de hortaliças orgânicas. Segundo o MDA (2012), o governo brasileiro lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) com a edição do decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012.

O decreto permitiu ampliar e efetivar ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo, da floresta e da sociedade em se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais. Um dos principais instrumentos da política é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), conhecido sob a denominação de Brasil Agroecológico.

Os alimentos de origem agroecológica ou orgânicos custam mais caro para o consumidor, porém os segmentos de consumidores desses produtos aceitam pagar mais caro por reconhecerem os benefícios à sua saúde.

Segundo o MDA (2017), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e atua adquirindo a produção da agricultura familiar. O PAA é resultado da ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

Conforme Resolução/CD/FNDE N° 38, de 16 de julho de 2009, o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

De acordo com o Art. 18 da Resolução/CD/FNDE N° 38, de 16 de julho de 2009, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma

agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009).

Como já citado neste trabalho, conforme afirmam Batalha e Silva (2007), a etapa que mais agrega valor ao produto é a “pós-porteira”, etapa em que ocorre o processamento dos produtos advindos da agricultura familiar, por isso, em algumas propriedades se fabricam biscoitos, iogurtes, geleias artesanais.

De acordo com Schneider e Ferrari (2015), uma das alternativas para agregar valor aos produtos é a formalização (registro nos órgãos competentes) de alimentos de especialidade regional, com indicação de origem (IGs), que correspondem a alimentos produzidos por agricultores familiares em suas pequenas agroindústrias realçam a natureza artesanal do processo de produção e a experiência e habilidades do produtor advindo da herança cultural e tradições locais.

Todas essas ações procuram favorecer a sustentabilidade do agricultor familiar e sua permanência no campo. Uma melhor renda permite ao agricultor melhorar sua qualidade de vida, tanto no aspecto social (os filhos dos agricultores teriam melhores oportunidades, acesso à educação), como no aspecto ambiental (com o apoio técnico aprenderiam melhores técnicas do manejo com a terra) e economicamente.

#### *2.4.1 Restrições*

Para Batalha (2001, p. 65) é preciso produzir com eficiência e ainda é necessário um mecanismo de comercialização adequado, que envolva a compra de insumos e venda dos produtos colhidos; a gestão desses pontos é imprescindível para o sucesso da empresa rural, evitando prejuízos e potencializando os lucros. Nessa direção, vários são os desafios a serem enfrentados no mercado. Por isso, é relevante o fato de que:

Como em qualquer mercado, as quantidades e os preços de equilíbrio resultam das disposições e disponibilidades dos demandantes e dos ofertantes. Isto depende, é claro, de múltiplas variáveis, tais como gostos e preferências, renda disponível, circunstâncias climáticas tecnológicas etc. Por fim, a própria configuração (estrutura) dos mercados é determinante, podendo ser concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio, monopólio, monopsonio etc. (CALLADO, 2005, p.30).

Para Callado (2005, p.30), o preço depende das quantidades demandadas e ofertadas, ou seja, a regulação depende da quantidade que o consumidor deseja e a quantidade de produtos que há disponível.

Conforme Araújo (2010, p. 41) a falta de gestão “[...] leva a um erro grave, pois, adotando esse procedimento, excluem geração de empregos e boa parcela dos custos,

sugerindo viabilidades econômicas nem sempre verdadeiras e negligenciando a importância desses aspectos”. Assim, na visão do autor, é necessário que o agricultor familiar exerça uma boa gestão da sua propriedade rural, e é importante que ele esteja preparado ou tenha um bom técnico para orientá-lo. É preciso que o agricultor familiar conheça bem o mercado de hortaliças, pois o planejamento começa desde o plantio na escolha de cultivares adequados. Essa escolha reflete na comercialização devido ao fato de as hortaliças serem altamente perecíveis.

São necessárias ações, além dos subsídios disponíveis aos produtores da agricultura familiar, para que estes consigam permanecer na atividade. Nesse sentido, a criação de cooperativas é uma oportunidade para que o agricultor familiar possa reduzir suas dificuldades com a logística e a comercialização.

O principal objetivo de uma cooperativa é melhorar a situação econômica de determinado grupo de indivíduos, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades e objetivos comuns, que excedam a capacidade de cada indivíduo satisfazer isoladamente. Desse modo, a cooperativa pode ser entendida como uma empresa que presta serviços aos seus cooperados (SEBRAE, 2012).

Ainda conforme o SEBRAE (2012), a cooperativa atua no mercado desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização para seus cooperados. Uma cooperativa se diferencia de outros tipos de associações de pessoas por seu caráter essencialmente econômico, e sua finalidade é colocar os produtos e serviços dos cooperados no mercado, em condições mais vantajosas do que eles teriam isoladamente. .

O principal benefício das cooperativas a seus cooperados é a organização do trabalho, assim como a possibilidade de indivíduos isolados, com menos condições de enfrentar o mercado, aumentar a competitividade de seus produtos e, com isso, melhorar sua renda e/ou sua condição de trabalho (SEBRAE, 2012).

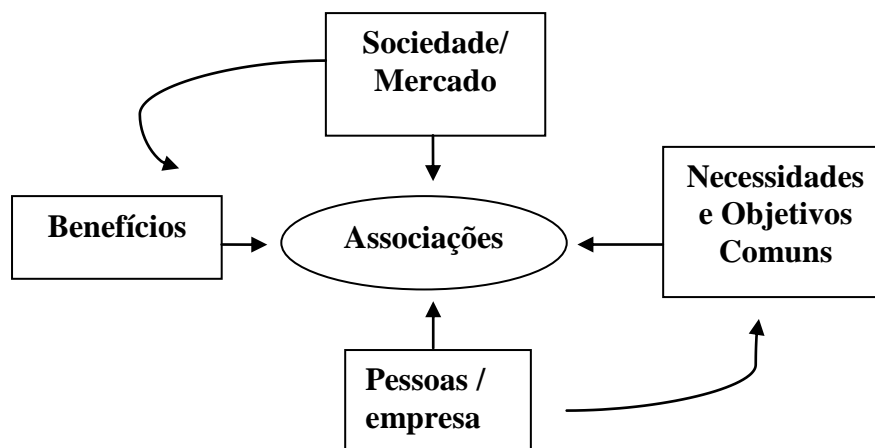
Dentro dessas iniciativas, o agricultor familiar pode ainda formar associações. De acordo com a Lei nº10.406/2002, em seu art. 53: “constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (BRASIL, 2002). As associações são formadas por pessoas naturais (ou físicas, como denominadas na área tributária) que têm objetivos comuns, exceto o de auferir lucro por meio da pessoa jurídica, e que possuem objetivos e finalidades diferentes entre si; no entanto, unem-se nessa nomenclatura por possuírem características semelhantes e básicas.

Associação, em sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Formalmente, pode-se dizer que a

associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns, e sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização de seus objetivos (SEBRAE, 2012).

A figura 5 mostra a representação das associações de forma esquematizada.

**Figura 5** - Esquematização de uma associação



**Fonte:** Figura adaptada da cartilha SEBRAE dezembro 2012.

De acordo com o SEBRAE (2012), as associações assumem os princípios de uma doutrina que se chama associativismo e que expressa a crença de que juntos pode-se encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade apresenta. Esses princípios são reconhecidos no mundo todo e embasam as várias formas que as associações podem assumir: cooperativas, sindicatos, fundações, organizações sociais, rede de empresas e clubes. O que diferencia a forma jurídica de cada tipo de associação são os objetivos de cada uma.

Tanto as associações como as cooperativas tornam a comercialização mais acessível, o que facilita negociações com mercados como as CEASAs, reduzindo custos com transporte e aumentando a produção.

## 2.5 CEASA

### 2.5.1 Histórico

Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento 2008 (CONAB), CEASA é a sigla e denominação popular das centrais de abastecimento. As centrais são empresas estatais ou de capital misto que têm a função de promover, desenvolver, regular, dinamizar e

organizar a comercialização de produtos de hortaliças e fruticulturas em nível de atacado. As CEASAs ofertam serviços de locação de espaço físico aos atacadistas, varejistas e agricultores para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros.

O modelo institucional dos mercados atacadistas brasileiros (neste caso as Centrais de Abastecimento – CEASAs) tem origem no Sistema Nacional de Abastecimento (SINAC). Foi esse sistema que implantou, na década de 70, as principais CEASAs e promoveu o estabelecimento de normas de comercialização, informações de mercado e técnicas de produção para o segmento hortigranjeiro no país (CONAB, 2008).

No final da década de 80, o SINAC foi extinto com a transferência do controle acionário das CEASAs para os estados e municípios. Como não houve um planejamento para executar a transição, o modelo de organização do setor foi abandonado sem a proposta de uma alternativa institucional, conforme informações da CONAB (2008). Isso provocou a perda de uma visão estratégica de longo prazo, dificultando a interação entre os agentes envolvidos no processo de produção, comercialização, distribuição e consumo alimentar. Dessa maneira, as articulações estratégicas do sistema foram extremamente prejudicadas.

Conforme a CONAB (2008), três mudanças institucionais relevantes afetaram o cenário das CEASAs na década de 80: a primeira foi a ênfase na agricultura familiar, a partir do PRONAF; a segunda o foi conjunto de iniciativas e ações que estimularam a estruturação de programas de segurança alimentar, como bancos de alimentos, promoção da qualidade dos produtos e orientação nutricional; a terceira alteração foi o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, coordenado pela CONAB, que visa a reestruturação do sistema através da integração das bases de dados, da troca de informações, da criação de mecanismos comuns de capacitação tecnológica e de estratégias para revitalização do setor.

Conforme Mourão (2006), em 1988, o Governo Federal resolveu abrir mão das 21 empresas CEASAs, e as ações que detinha foram doadas para as Centrais e elas passaram a ser de responsabilidade dos estados. Dessa maneira, um sistema que funcionava perfeitamente acabou repentinamente, afetando o excelente trabalho que desenvolvia de capacitação e treinamento dos diversos agentes em todo o canal de comercialização, da produção ao varejo.

### *2.5.2 Importância Socioeconômica*

Segundo a CONAB (2008), os mercados (ou entrepostos atacadistas) de hortigranjeiros são espaços econômicos e sociais diversificados que reúnem vendedores e compradores, produtores e comerciantes, consumidores e prestadores de serviços, agentes



públicos e informais em uma intensa relação comercial e social em curto espaço de tempo. Embora o comércio de hortigranjeiros seja o principal negócio desses mercados atacadistas, a concentração de agentes econômicos em um mesmo espaço suscitou a estruturação de atividades econômicas sinérgicas e complementares de bens e serviços.

Dentre os responsáveis para o funcionamento de uma CEASA estão os órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que é responsável pela rotulagem e padronização da qualidade e embalagem. Em se tratando de apoio técnico aos produtores rurais encontra-se a AGRAER.

Na cadeia produtiva na “pré-porteira” estão os fornecedores de insumo; “dentro da porteira”, os produtores rurais; “pós-porteira”, dentro da CEASA, encontram-se os permissionários que exercem a função de ligação entre o produtor rural e a distribuição aos feirantes, atacadistas, varejistas (redes de supermercados) e só então chega ao consumidor.

Dentre estas atividades, estão o comércio de grãos, cárneos, alimentos processados, insumos agropecuários, embalagens, restaurantes, serviços financeiros e pessoais, agências públicas de saúde, educação e segurança, entre outros (CONAB, 2008).

Segundo Lima (2015) parte da comercialização de hortaliças, frutas e flores no Brasil tem ocorrido através das CEASAs. A criação das unidades de abastecimento permitiu a organização e expansão da comercialização de produtos hortigranjeiros, devido ao fato de compradores e vendedores se concentrarem num mesmo local. Assim, sua criação influenciou a formação de preços.

O modelo comercial adotado pelas CEASAs consiste em um mercado spot, no qual os preços são formados de acordo com a oferta e demanda de produtos. O Governo não interfere na negociação e formação de preços, é apenas responsável pelo gerenciamento do espaço e das atividades, como num condomínio. São mais de 90 unidades distribuídas em 27 estados brasileiros (LOURENZANI et al., 2007; LIMA et al., 2013).

As Centrais de Abastecimento são pontos de concentração física da produção de hortigranjeiros oriundos de diversas regiões do país. As mercadorias são destinadas aos atacadistas, que podem também ser produtores rurais ou apenas intermediários (ANDREUCCETTI et al., 2005; LIMA et al., 2013).

Para BELIK et al. (2001) as CEASAs, no sistema de atacado, não funcionam como espaços de aproximação de produtores e consumidores. Pelo contrário, tão logo se estabeleceram, o sistema passou a ser controlado por atacadistas privados que se consolidaram como um novo elo na cadeia de distribuição.

Dos anos de 1980 até os estudos de Mourão (2006) pouca coisa foi alterada no sistema de escoamento da produção, embalagens e mecanismos de formação de preços. Na prática, os

agentes e os mercados tradicionais passaram a atuar nos novos espaços, patrocinados pelo poder público, sem mudanças e maiores efeitos na oferta. Pode-se inferir, portanto, que os maiores beneficiados nesse sistema não foram os produtores, tampouco os consumidores, e sim os agentes e os mercados tradicionais.

### *2.5.3 Responsabilidade Ambiental*

De acordo com a CONAB (2008), atualmente existem poucos estudos que informam a quantidade de alimento - considerado “resíduo” - que é descartada nas CEASAs. Um levantamento preciso dessas informações permite um melhor reaproveitamento dos resíduos, por meio de tecnologias de baixo custo.

Segundo a CONAB (2008), estima-se que no Brasil 10% do total de desperdício de alimento ocorre durante a colheita; 50% no manuseio e transporte; 30% nas centrais de abastecimento e os últimos 10% ficam diluídos entre os supermercados e consumidores (DIAS, 2003). De acordo com a mesma fonte, o desperdício de alimentos compreende entre 7,5 a 10 milhões de toneladas por ano.

Conforme a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (2003) (CEAGESP), das 10 mil toneladas de produtos comercializados diariamente, 1% vai para o lixo, representando 100.000 Kg/dia. Além disso, boa parte deste montante é composto de alimento ainda viável para o consumo. De modo geral, as CEASAs a nível nacional têm destinado sua produção de resíduos sólidos para aterros sanitários. Essa realidade fortalece a necessidade de se reaproveitar os resíduos sólidos com o intuito de minimizar os impactos ambientais causados pelos lixões, como doenças, além de favorecer a redução da poluição do solo, da água e do ar.

Algumas Centrais de Abastecimento têm realizado coleta seletiva dos produtos orgânicos, sem valor comercial, mas que ainda se encontram em perfeitas condições nutricionais para o consumo humano, para serem doados para programas de responsabilidade social.

Outra forma de solucionar o problema é a reciclagem dos resíduos orgânicos por meio da compostagem. Na Portaria nº 15/96 de 23 de janeiro (alínea I, número 23) se define compostagem como um “processo de reciclagem onde há degradação biológica aeróbia ou anaeróbica de resíduos orgânicos de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmica, utilizável em algumas circunstâncias como condicionador do solo” (BRASIL, 1996). Contudo, esse procedimento demanda muita mão de obra e técnicas especializadas de produção.

#### 2.5.4 CEASA /MS

A CEASA-MS foi inaugurada em 05 de julho de 1979, localizada na capital do estado, Campo Grande e tem por finalidade a orientação, disciplinamento, distribuição e comercialização de produtos hortícolas no Estado de Mato Grosso do Sul. A sua participação é de fundamental importância nos planos e programas governamentais para a produção, abastecimento e comercialização da produção agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial os produtos hortifrutigranjeiros (CEASA-Campo Grande / MS, 2017).

No transcorrer do ano de 2017 foram comercializadas 148.329 toneladas, sendo a média mensal de 12.360 toneladas. Ao analisar os grupos e subgrupos, nota-se que as hortaliças obtiveram um total de 77.275 toneladas (52,10%) do montante comercializado; com destaque para o tomate com 22.002 toneladas (14,83%) e a batata com 14.849 toneladas (10,01%). As frutas nacionais contribuíram com 66.748 toneladas (45%), com destaque para a melancia, com 13.304 toneladas (8,97%) do total (CEASA - Campo Grande – MS, 2017).

Conforme informa o órgão (CEASA-Campo Grande/MS, 2017) quanto à origem dos produtos comercializados, a participação dos produtos de Mato Grosso do Sul foi de 24.050 toneladas que representam 16,69% do total comercializado. O Estado de São Paulo participa com 44.738 toneladas que representam 31,05% do total comercializado. Os restantes dos Estados (PR, SC, MG, RS, GO, ES, TO, DF, MT, BA, PA e PE) contribuíram com 75.315 toneladas que representam 52,26% do total comercializado.

Os produtos que tiveram maior volume comercializado foram: o tomate com 22.002 toneladas (14,83%), a batata com 14.849 toneladas (10,01%), a melancia com 13.304 toneladas (8,97%), a banana com 12.175 toneladas (8,21%), a laranja com 11.432 toneladas (7,71%) e a cebola com 4.722 toneladas (6,18%); juntas apresentam um total de 52,91% do volume comercializado na CEASA/MS (CEASA-Campo Grande/MS, 2017).

De acordo com os dados levantados, a CEASA-Campo Grande/MS (2017) afirma que foram importados de outros estados 84,17% dos produtos comercializados nessa Central; os municípios de Sidrolândia (3,96%), Campo Grande (3,63%), Jaraguari (2,59%), Dois Irmãos do Buriti (1,89%), Terenos (1,48%), Três Lagoas (0,50%), Dourados (0,24%) e Rochedo (0,07%) foram os que tiveram a maior expressão na participação na comercialização de produtos na CEASA/ MS.

Em vista das informações dos parágrafos anteriores, sobre a necessidade de absorção de produtos hortifrutigranjeiros, tanto de outros municípios como de outros estados, é necessária a utilização de uma estrutura logística eficiente.

### 2.5.5 Logística

O processo logístico consiste em gerenciar de forma estratégica a aquisição, a movimentação e a armazenagem de materiais, peças, produtos acabados, bem como seus fluxos de informações integradas a esses processos e da organização de seus canais de marketing, produção e suprimento, objetivando aumentar a lucratividade, ou seja, a finalidade da logística é agregar valor ao produto (CHRISTOPHER, 1999).

Ainda conforme Christopher (1999), o gestor logístico tem que possuir uma visão geral de sua cadeia para identificar seus gastos e apresentar aos clientes os preços adequados. O autor aponta dois princípios do custeio logístico: o primeiro é que o sistema deve identificar os custos resultantes do fornecimento de serviços ao cliente e o segundo princípio é possibilitar uma análise separada de custos e receitas, por tipo de cliente e por segmento de mercado ou canal de distribuição.

Conforme análise de Lourenzani e Silva (2004), a dinâmica de relacionamento entre cliente e o varejista vem sofrendo mudanças constantes, pois os clientes demandam produtos de qualidade e de baixo custo e as cadeias de abastecimento buscam cumprir seu papel de forma eficiente, de maneira que atenda às necessidades de seus clientes.

Nessa perspectiva, a logística é um dos fatores responsáveis pelo sucesso da empresa, sendo assim, é importante que se tenha uma organização na cadeia a partir de uma lógica de custos compartilhados e integrados, estratégia essencial na cadeia de suprimentos de hortaliças, principalmente as formadas por organizações de base econômica familiar, para que se torne viável sua inserção e posterior sobrevivência no mercado varejista. Dentro desse contexto de logística, encontra-se a dinâmica das CEASAs que incorporam ao seu sistema as estratégias logísticas para seu funcionamento pleno. Como observa Cunha e Campos (2008), as CEASAs funcionam como elemento de coordenação de uma rede comercial e de informações; são espaços de regulação normativa que influenciam o sistema à montante e à jusante, no estabelecimento de normas de horários, de padrões de embalagem, sanidade, informação de preços e origens.

### **3 - METODOLOGIA**

Para realizar essa pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico que Mattar (1999, p. 82) descreve como “é uma das formas mais rápidas e econômicas de amadurecer ou aprofundar um problema de pesquisa; é realizado através do conhecimento dos trabalhos já feitos por outros”, que se realizou através de consultas em livros, sites e artigos com conteúdo que contemplava aspectos relacionados à agricultura familiar e ainda histórico e características da CEASA, com o propósito de obter a fundamentação teórica e, por fim, aplicou-se questionários para concluir a pesquisa.

#### **3.1 Delineamento Da Pesquisa**

A pesquisa foi de caráter exploratório, pois através de sua realização tornou-se possível conhecer melhor os agricultores familiares do município de Deodópolis, analisar sua variedade do plantio, a produção e os meios de comercialização por eles adotados. Conforme Gil (2002, p.41) a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas”.

#### **3.2 Definição da Unidade de Análise**

O objeto de estudo são os agricultores familiares, produtores de hortaliças, do município de Deodópolis, sendo esse o município em que residem os entrevistados. Segundo a AGRAER-Deodópolis/MS são registrados no PRONAF 130 agricultores, sendo que apenas 6 agricultores produzem hortaliças para comercialização e, dentre esses 6 agricultores, 4 agricultores se propuseram a responder o questionário.

#### **3.3 Técnicas da Pesquisa**

A técnica utilizada foi do tipo estudo de caso por terem sido entrevistados apenas 4 agricultores familiares do universo de 6 agricultores. A pesquisa qualitativa consiste na abordagem direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procedeu-se a solicitação de informações aos agricultores familiares acerca do problema estudado, em seguida, mediante análise qualitativa obteve-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

### 3.4 Instrumento de Coleta de Dados

O estudo consistiu em uma pesquisa com a finalidade de obter informações a respeito do interesse de os agricultores familiares da cidade de Deodópolis-MS, que praticam o plantio de hortaliças, em se tornarem fornecedores da futura CEASA que será instalada no município de Dourados-MS. Foi realizada uma pesquisa através da coleta de dados de caráter qualitativo com questionários semiestruturados como instrumento que trata-se de “ um conjunto de perguntas criadas para coletar dados dos respondentes” como definido por Hair Jr. (2005, p.158), sendo o questionário direcionado aos agricultores familiares composto por 22 questões. Os questionários direcionados aos representantes da AGRAER e da secretaria da agricultura familiar do município pesquisado foram compostos por questões abertas.

A pesquisa se direcionou aos agricultores familiares, às autoridades da administração municipal e órgãos governamentais que fornecem apoio técnico ao produtor rural. Para obter os dados, os agricultores familiares foram entrevistados com questionário pessoalmente e quanto à obtenção de dados do representante da AGRAER e do secretário da agricultura do município de Deodópolis foi encaminhado o questionário via e-mail. Todos os questionários foram aplicados em Janeiro de 2018.

Com os dados obtidos, foi realizada uma análise de conteúdo que, segundo Vergara (2006, p.15.), “é considerada uma técnica para tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”.

Para manter a identidade dos agricultores familiares sob sigilo, na pesquisa serão identificados com denominação de agricultor A, B, C e D.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com a obtenção dos dados foi possível analisar os resultados dos questionários aplicados aos agricultores familiares de Deodápolis, ao representante da AGRAER, e ao representante da agricultura familiar do município pesquisado.

### 4.1 Análise dos Agricultores

Através da pesquisa aplicada com os agricultores familiares do município em questão, obtiveram-se os resultados com as perguntas formuladas. Primeiramente, apresenta-se o perfil dos entrevistados, seguido pela análise da produção e comercialização.

#### 4.1.1 Análise do Perfil

Segundo a AGRAER-Deodápolis/MS são registrados no PRONAF 130 agricultores, sendo que apenas 6 agricultores produzem hortaliças para comercialização e, dentre esses 6 agricultores, 4 agricultores se propuseram a responder o questionário. Quanto ao perfil dos Agricultores Familiares entrevistados, optou-se por manter sua identidade dos agricultores sob sigilo, logo são denominados por agricultor: A, B, C e D. No quadro 3 constam os dados em relação ao perfil dos agricultores familiares.

**Quadro 3-** Perfil dos Agricultores Familiares de Deodápolis - MS

Agricultor	Gênero	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Renda/Salário
A	Masculino	Acima de 50	Casado	Fund. Incompleto	Até 2 salários
B	Masculino	40 a 49 anos	Casado	Pós Graduação	Acima de 3 salários
C	Masculino	Acima de 50	Casado	Fund. Incompleto	Abaixo de 1 salário
D	Masculino	Acima de 50	Casado	Fund. Incompleto	Até 2 salários

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Com os dados da pesquisa, é possível observar, no quadro 3, que todos os entrevistados são do gênero masculino. A maioria se enquadra na faixa etária acima de 50 anos; apenas o agricultor B está com idade entre 40 e 49 anos. Todos são casados; o agricultor B possui graduação de Tecnólogo em Agronomia com especialização em gestão tecnológica no setor sucroalcooleiro. Em relação à renda, há uma diferenciação entre os agricultores, sendo que o agricultor B que possui uma graduação é tecnólogo em agronomia, obtém a

maior rentabilidade, levando a crer que sua rentabilidade favorável provém de sua formação técnica.

#### 4.1.2 Análise da Produção

**Quadro 4** – Produção dos Agricultores Familiares de Deodópolis - MS

AGRICULTOR	PRODUÇÃO	RESTRIÇÃO	ATUAÇÃO	ORGÂNICA/ AGROECOLÓGICA
A	Quiabo, maxixe alface, cebolinha coentro, feijão de corda, uva.	Falta de equipamentos, Uso de agrotóxicos nas propriedades próximas Mão de obra	Cerca de 20 anos	Não produz
B	Almeirão, rúcula salsa, coentro, jiló, quiabo, pimentão, mandioca, alface, abobrinha, cebolinha, tomate cereja, couve, pimentão.	Clima	1 ano e 8 meses	Não produz
C	pepino, vagem, quiabo, alface, cebolinha, abóbora.	Controle de pragas	Cerca de 20 anos	Não produz
D	Alface, rúcula, coentro, couve, almeirão, cebolinha.	Mão de obra	9 anos	Não produz

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

No tocante à produção, conforme relata o agricultor familiar A, devido à sazonalidade, é necessário variar a produção para ter renda durante o ano inteiro. O que mais se produz é alface: aproximadamente 2000 pés mensais. Em relação à quantidade produzida, o agricultor B citou o alface cerca de 3000 pés por mês no total, e 800 covas de rúcula e almeirão, sendo que essas 3 hortaliças são as mais produzidas pelo agricultor. O agricultor C relatou não fazer controle sobre a quantidade produzida. Sobre a produção, o agricultor D relatou colher cerca de 1000 pés de alface por mês. O agricultor não soube informar a produção das demais variedades cultivadas e mantém grande variedade de hortaliças também devido à sazonalidade, fato que coincide com a afirmação de Araújo (2010, p. 7) ao afirmar que a sazonalidade (período específico de plantio e colheita) da produção agrícola depende das condições climáticas de cada região e apresenta períodos de safra e entressafra. Na produção de hortaliças, as condições climáticas são decisivas, pois afetam a produção mais que a sazonalidade, o que influencia diretamente os preços desses produtos.



Sobre as dificuldades enfrentadas com a produção de hortaliças, o agricultor A indicou a mão de obra, pois, segundo informações dos agricultores, devido a atividade ser desgastante, é difícil encontrar pessoas que tenham interesse em trabalhar; bem como falta de equipamentos que, quando solicitados para a prefeitura, não enviam as máquinas necessárias para fazer o preparo do solo para o plantio. Dessa forma, o agricultor faz todo o trabalho manualmente, o que atrasa o plantio. O agricultor A citou, ainda, o uso de um agrotóxico proibido utilizado por sítios vizinhos que exterminou sua plantação de tomate; para esse agricultor a questão dos agrotóxicos torna-se uma das grandes barreiras sofridas pelo agricultor familiar. O agricultor B citou o clima como maior dificuldade para o exercício da atividade, pois, para as hortaliças, o excesso de chuva pode trazer danos devido ao descontrole na quantidade de água no solo; já os períodos de seca podem ser controlados com irrigação. O agricultor C considera o controle das pragas a maior dificuldade na atividade. O agricultor D citou a falta de mão de obra. Como é possível observar pelas respostas, cada agricultor tem uma dificuldade distinta em relação ao manejo com hortaliças.

De acordo com as informações, os agricultores familiares produtores de hortaliças têm vivência e experiência na atividade que desenvolvem; mesmo o agricultor B que trabalha na atividade há 1 ano e 8 meses e tem formação na área de agronomia, seu conhecimento técnico contribui para seu bom desempenho na atividade.

Em relação ao conhecimento sobre hortaliças orgânicas e agroecológicas, o agricultor A tem muito conhecimentos sobre esse tipo de cultivo, ainda que não produz, nem tem interesse em produzi-las. O agricultor B tem muito conhecimento sobre o tipo de cultivo orgânico, mas não compreende muito o cultivo agroecológico, não produz, mas tem interesse em produzi-las. O agricultor C compreende acerca do cultivo orgânico e agroecológico, não pratica e não se interessa em praticar esse tipo de cultivo. O agricultor D tem pouco esclarecimento sobre o cultivo orgânico e agroecológico, não produz e não tem interesse em produzir. Como os agricultores familiares não produzem hortaliças orgânicas, deixam de obter maior lucro com seus produtos, pois esse tipo de cultivo agrega maior valor às hortaliças.

Apesar de todos os agricultores afirmarem ter muito conhecimento sobre o cultivo de hortaliças orgânicas e agroecológicas, não expressaram entendimento sobre o verdadeiro conceito de hortaliça orgânica e agroecológica. Fica também relatado, com base nas respostas, eu nenhum representante da APOMS entrou em contato com esses produtores, o que seria de grande valia para uma maior consolidação desse tipo de produção na região estudada.

## 4.1.3 Análise da Comercialização

**Quadro 5** – Comercialização dos Agricultores Familiares de Deodópolis - MS

AGRICULTOR	APOIO TEC.	CONHECIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	CEASA
A	Satisfeito com apoio da AGRAER. Insatisfeito com o município	Tem conhecimento sobre programas (PAA, PNAE), cooperativas e CEASA	Feira, entrega à domicílio nos distritos do município.	Não tem interesse em se tornar fornecedor.
B	Satisfeito com apoio da AGRAER e município	Tem conhecimento sobre programas (PAA, PNAE), cooperativas e CEASA	Supermercados, restaurantes, PNAE, e entrega à domicílio nos distritos do município.	Tem interesse em se tornar fornecedor.
C	Satisfeito com apoio da AGRAER e município	Tem conhecimento sobre programas, (PAA, PNAE), cooperativas	Feira	Não tem interesse em se tornar fornecedor.
D	Satisfeito com apoio da AGRAER e município	Tem conhecimento sobre programas (PAA, PNAE), cooperativas e CEASA	Feira	Não tem interesse em se tornar fornecedor.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

O agricultor A diz estar satisfeito com o apoio técnico oferecido pela AGRAER, mas não está satisfeito com o apoio da administração municipal. Os demais agricultores relataram estar satisfeitos com ambos os órgãos. A AGRAER faz visitas aos produtores mensalmente, fornece cursos de aprimoramento sobre técnicas de cultivo e plantio, porém nem todos os agricultores participam, alguns preferem permanecer com os conhecimentos adquiridos ao longo de sua experiência com a atividade, ou não participam por não dispor de tempo, uma vez que administra, planta, colhe e comercializa sozinho ou com a cômputo sua produção.

A prefeitura, em parceria com a AGRAER e os produtores, estão articulando a implantação de uma associação de produtores de hortaliças da agricultura familiar no município, sendo que em suas reuniões, já divulgaram sobre a implantação da CEASA-Dourados/MS.

A pesquisa revelou que todos os agricultores têm conhecimento sobre os programas como o PAA e o PNAE e somente o agricultor B participa do PNAE. Sobre cooperativas e associações todos têm muito conhecimento. Os agricultores A, C e D participam da associação da feira local; o agricultor B participa da formação de uma associação dos agricultores familiares produtores de hortaliças. Em relação ao conhecimento sobre a CEASA, apenas o agricultor C não tem conhecimento sobre o que é e como funciona uma CEASA.

Como relatou o agricultor B, tanto a AGRAER como a administração municipal informou aos agricultores sobre a implantação da CEASA; os agricultores A, C e D afirmaram que não frequentam as reuniões promovidas por esses órgãos devido à indisponibilidade de tempo e, por isso, não têm acesso a muitas informações.

No tocante à comercialização, o agricultor A vende na feira, nos distritos do município, faz entrega em domicílio e tem clientela fixa. Na concepção do agricultor, esse tipo de comercialização é mais vantajosa pela lucratividade e o retorno financeiro imediato. O agricultor B fornece suas hortaliças aos supermercados e restaurantes do município, faz entrega em domicílio nos distritos, e participa do PNAE, logo, fornece às escolas também. O agricultor D vende na feira e, esporadicamente, donos de restaurantes do município vão até sua propriedade rural comprar hortaliças. Dessa forma, todos os agricultores têm um destino certo para escoar toda sua produção. A respeito do desempenho dos agricultores quanto à sua gestão, Batalha (2001, p. 65) afirma que é preciso produzir com eficiência e ainda é necessário um mecanismo de comercialização adequado, que envolva a compra de insumos e venda dos produtos colhidos; a gestão desses pontos é imprescindível para o sucesso da empresa rural, evitando prejuízos e potencializando os lucros.

Em relação à instalação da CEASA/MS unidade de Dourados, o agricultor A tomou conhecimento sobre o projeto de instalação através de amigos e não tem interesse em se tornar fornecedor. O agricultor B ficou sabendo sobre a instalação da CEASA através de comunicado feito pela AGRAER e administração municipal, e mostrou interesse em se tornar fornecedor. O agricultor C não tem conhecimento sobre a CEASA e sua instalação e não tem interesse em se tornar fornecedor. O agricultor D não soube informar como tomou conhecimento sobre a instalação da CEASA/MS unidade de Dourados, porém, não tem interesse em se tornar fornecedor.

Desse modo, entre os 4 agricultores entrevistados, apenas 1 deles, o agricultor B, tem interesse em se tornar fornecedor da CEASA-Dourados/MS. Tal interesse fez com que o agricultor fizesse financiamentos para investir em infraestrutura e em projetos para ampliação da área cultivada com estufas. O agricultor B é o único com escolaridade de nível superior, o que pode indicar que quanto mais informação, mais o agricultor é flexível e assim pode aproveitar melhor as oportunidades. O agricultor relatou que participa das reuniões da AGRAER e PNAE, fornece seus cultivares em rede de supermercados, abastece uma rede de supermercados que investe em financiamentos para agricultura familiar e tem vocação empreendedora.

## **4.2 Agraer**

Conforme os dados fornecidos através do questionário, a AGRAER relatou prestar suporte técnico com regularidade. Na análise dos agricultores familiares, o suporte oferecido pelo órgão é satisfatório.

Segundo o representante da AGRAER, as variedades de hortaliças produzidas pela agricultura familiar do município são: abóbora, cebola, salsa alface, rúcula, jiló, couve, agrião, quiabo, tomate e pimentão. O órgão garante estar incentivando o agricultor familiar para se tornar fornecedor da CEASA/MS unidade de Dourados, uma vez que há planejamento e projetos nesse sentido, porém, os agricultores só aumentarão sua produtividade quando a CEASA for efetivada. Conforme a AGRAER, há incentivo também em relação ao cultivo de hortaliças orgânicas e agroecológicas. A AGRAER oferece cursos e treinamentos para o aprimoramento de técnicas de plantio. Há também projetos integrados para que os agricultores familiares de Deodápolis/MS se tornem fornecedores da CEASA/MS unidade de Dourados. Para auxiliar o agricultor familiar na comercialização, a AGRAER promove vendas em grupo e agregação de valor ao produto e ainda incentiva os agricultores a participar do PNAE.

## **4.3 Administração Municipal**

De acordo com o resultado das informações obtidas através do questionário, a análise em relação ao planejamento e incentivo da administração local junto aos agricultores familiares para que estes se tornem fornecedores da CEASA-Dourados/MS foi positiva. Segundo o secretário da agricultura do município, há investimentos e projetos nesse sentido. Conforme informou o secretário, a prefeitura investe em cursos, assistência técnica, palestras e máquinas para prestar serviço na recuperação de área e estradas para escoamento da produção. A prefeitura está incentivando a criação de associação de produtores, para ajudar na comercialização e fornecimento dos produtos e busca recursos junto aos parlamentares e governos estadual e federal. Para o secretário de agricultura do município, a CEASA em Dourados é uma grande expectativa para todos agricultores familiares.

Conforme declarou o secretário, hoje o município conta com várias hortas; as hortaliças locais abastecem as escolas, sendo essa uma iniciativa pioneira no município. Há em andamento um projeto para produção de frutas como limão e melancia, visto que atualmente existe uma área de 600 hectares de produção de melancia, produção essa que inclusive, é vendida para fora do estado. Na concepção do secretário, com a abertura da

CEASA, a tendência é aumentar a área cultivada, já que a grande dificuldade é a comercialização.

Segundo o secretário, a administração municipal procura satisfazer a necessidade do produtor, firmando parcerias com o Sindicato Rural e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o que, para ele, vem gerando resultados positivos. Ainda, relata ter a perspectiva de que Deodápolis tem grande potencial na área de produção de hortaliças.

Quando questionado sobre o incentivo municipal e o fornecimento de subsídios para que o agricultor familiar do município se torne fornecedor da CEASA Dourados-MS, o secretário informou apoiar a produção fornecendo máquinas agrícolas para preparação do solo. Afirmou ainda que a CEASA vai ser um grande canal de escoamento da produção para os produtores do município em questão.

**Quadro 6 – Análise Geral dos Entrevistados**

DIMENSÃO	PRODUTORES	AGRAER	MUNICÍPIO
Produção	Não	Sim	Sim
Logística	Não	Sim	Sim
Comercialização	Não	Sim	Sim

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

Em relação à produção, exceto o agricultor B, todos os agricultores dizem que não se enquadram no perfil para se tornar fornecedor da CEASA; o agricultor A receia não conseguir cumprir com a quantidade necessária devido à dificuldade em contratar mão de obra, falta de equipamentos, que o município informou fornecer, porém o agricultor alega não ser atendido.

Os agricultores C e D não pretendem aumentar sua produção, pois informaram que são aposentados, e estão satisfeitos com a sua renda, trabalham há muitos anos na atividade e não pretendem aumentar sua produção.

Os agricultores A, C e D alegam não ter interesse em se tornar fornecedores, pois sua produção é pequena, eles estão há muito tempo na atividade, e não têm interesse em mudar o processo de produção, tampouco implantar um novo processo de logística e distribuição, e também não se sentem seguros em relação ao suporte dado pela prefeitura e a AGRAER, no que diz respeito a esse projeto. Por outro lado, a AGRAER e o Município informaram que estão mobilizando os agricultores para que se tornem fornecedores, destarte, como se pode observar há uma divergência entre as informações das partes.

Em relação à logística, a AGRAER e o município informaram que há estrutura para o escoamento da produção, com a criação da associação dos agricultores familiares produtores de hortaliças; há projetos e incentivos nesse sentido, porém ainda não foram implantados, todavia encontram-se em andamento; exceto para o agricultor B, os demais agricultores consideram inviável transportar hortaliças até Dourados devido ao alto custo. Para Christopher (1999), a finalidade da logística é agregar valor ao produto. Dessa forma, é necessária a implantação de um processo logístico eficiente de maneira que proporcione maior lucratividade para o produtor, assim, seria possível a inserção dos produtores nesse projeto.

Sobre a comercialização, a AGRAER informou que incentiva o produtor com vendas em grupo e agregação de valor ao produto; os agricultores informaram que realizam suas vendas individualmente. Os dados sobre o processo de comercialização dos agricultores, coincidem com a afirmação de Batalha e Silva (2011), que afirmam que a etapa que mais agrega valor no agronegócio é a etapa do “pós-porteira”, pois envolve o processamento, a transformação, a distribuição e a comercialização e, como não é o agricultor familiar que absorve a maior parte dos lucros e, sim, quem exerce a função da “pós-porteira”, é interessante que o agricultor familiar utilize as cadeias curtas, que consiste na comercialização direta entre produtor e consumidor, pois assim é possível agregar mais valor ao seu produto. A maior obtenção de lucro explica a preferência do produtor em realizar sua comercialização em cadeia curta.

Isso demonstra uma discrepância entre as informações, sobre a realidade dos agricultores e os projetos da AGRAER juntamente com os da prefeitura, apesar de haver planejamento até o momento não há nada de concreto. Segundo a AGRAER, os agricultores só irão realizar investimentos para aumentar sua produção quando a CEASA estiver operando efetivamente. Tal fato revela que as ações dos envolvidos não ocorrem de forma alinhada, prejudicando a eficiência dos processos produtivos e econômicos.

Através da entrevista o agricultor B informou que os produtores do município, através do incentivo da prefeitura, estão formando uma associação dos produtores de hortaliças. Associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns, cuja constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização de seus objetivos (SEBRAE, 2012). Uma vez que a cooperação permite reduzir custos, admitindo a distância do município para a CEASA, através da associação, o deslocamento se tornaria viável, e os agricultores iriam ter capacidade produtiva suficiente para a comercialização.

Diante desse cenário, contudo, o agricultor A não tem interesse em se tornar fornecedor porque comercializa toda sua produção no próprio município de Deodápolis/MS, não aumenta sua produtividade por falta de mão de obra disponível e falta de equipamentos. Os agricultores C e D são aposentados, e anteriormente produziam em maior escala, porém, consideram a atividade desgastante para a idade avançada e não têm interesse em investir em infraestrutura e frequentar cursos para aumentar sua produção; ambos escoam sua produção na feira do município.

Não há consenso entre os projetos da AGRAER, do município e a realidade dos produtores de hortaliças, para a efetivação da associação. Assim, é preciso que mais agricultores produzam hortaliças, uma vez que os setores alinhem os projetos, será possível atender aos requisitos da CEASA, conforme sua demanda.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo identificar o interesse e o preparo dos agricultores familiares do município de Deodópolis/MS, em se tornarem fornecedores da CEASA/MS – Unidade de Dourados; os resultados obtidos na pesquisa revelaram que apenas 1 dos 4 agricultores familiares entrevistados, que produzem hortaliças no município, tem interesse em se tornar fornecedor da CEASA-Dourados/MS. Através da pesquisa, foi possível constatar que em um dos loteamentos rurais do município surgiu o interesse, por parte dos agricultores, em parceria com a administração municipal, em empreender na produção de hortaliças, uma vez que já se encontra em processo de formação sua associação.

Como limitação para essa pesquisa, foram encontradas dificuldades em encontrar informações atuais sobre o tema, como por exemplo os dados do Censo Rural, que são de 2006; ainda, não foi possível entrevistar os dois demais agricultores, o que poderia contribuir para um melhor detalhamento da situação de todos os agricultores do município.

Ao analisar os agricultores familiares do município, ficou evidente o quanto a informação e o conhecimento são capazes de impactar na qualidade de produção e renda desses agricultores. Mesmo com acesso ao suporte técnico oferecido pela AGRAER, a maioria deles considera desnecessária a participação em cursos de aprimoramento de cultivo; para eles, as técnicas de manejo adquiridas em cursos de anos anteriores ou adquiridos com a experiência ao longo dos anos nessa atividade são suficientes; em consequência disso, permanecem desatualizados e fechados para novas oportunidades. Assim, não desejam aumentar sua produção, pois consideram estar satisfeitos com sua rentabilidade.

Dos 4 agricultores entrevistados, 3 não têm interesse em aumentar sua produção, pois apresentam dificuldade em contratar mão de obra, comercializam o que produzem nas feiras, fazem entrega em domicílio nos distritos com clientela fixa. Relataram que esse tipo de comercialização, com cadeia curta, promove maior lucratividade para eles.

A pesquisa permitiu verificar que há planejamento da administração municipal de Deodópolis e AGRAER para incentivar os pequenos cultivadores a se tornarem fornecedores da CEASA Dourados/MS. Foi possível compreender a capacidade produtiva dos agricultores, avaliar a satisfação com o suporte técnico disponível e conhecer o processo de comercialização dos agricultores familiares de Deodópolis/MS.

Como o agricultor familiar B escoia sua produção de hortaliças nos supermercados e restaurantes do município, novas pesquisas poderiam revelar a satisfação desses clientes com a qualidade e quantidade dos produtos adquiridos, bem como identificar as demandas entre os consumidores desses varejistas, as necessidade de novas tendências como oferta de produtos



orgânicos ou maior oferta de variedades de hortaliças e averiguar se os consumidores estão satisfeitos com os produtos ofertados. A AGRAER afirma que haverá mudanças após a instalação efetiva da CEASA; pesquisas futuras poderiam analisar se houve evolução no processo de produção e comercialização dos agricultores e novos estudos poderiam revelar também se há interesse dos municípios vizinhos para haver ou não uma cooperação.

## REFERÊNCIAS

ANDREUCCETTI, C. et al. Caracterização da comercialização de tomate de mesa na CEAGESP: perfil dos atacadistas. **Horticultura Brasileira**, Brasília, V.23, N.2, p.324-328, abr./jun. 2005.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos do Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO, L. C. **O administrador rural nas suas tomadas de decisões**. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/o-administrador-rural-nas-suas-tomadas-decisoes>>. Acesso em: 23/07/17.

BARBIERI, J.C. Desenvolvimento Sustentável Regional e Municipal: Conceitos, Problemas e Pontos de Partidas. **Revista Administração On Line**, FECAP, V.1, N. 4, out./nov./dez 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/admonline>. Acesso em 10/04/17.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2011.

BELIK, W. **Muito além da porteira. Mudança na Forma de Coordenação da Cadeia Agroalimentar no Brasil**. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 2001.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo **Perspec.**, São Paulo, V.15, N.4, p. 119-129, out./dez. 2001.

BERGAMASCO, A. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 07 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 07 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de fevereiro de 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de dezembro.

\_\_\_\_\_. Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 2009.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologia**. Porto Alegre, V. ? N. 10, 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222003000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222003000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 10/04/17.

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. P. 30. São Paulo: Atlas, 2005.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO - (CEASA). Disponível em <http://www.ceasa.gov.br/index.php?pag=15> Conab. Acesso em 07/05/17.

CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços**. São Paulo: Futura 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento**. Produção Agrícola Brasileira. 2008

\_\_\_\_\_ - **Companhia Nacional de Abastecimento**. Conab apresenta ações do Prohort na 15ª Frutal. 2008. Disponível em: Acesso em: 13 abr. 2015

CUNHA, A. de R. A. A.; CAMPOS, J. B. **O Sistema de Abastecimento Atacadista no Brasil: uma rede complexa de logística**. 2008.

FAUTH, E. M. Agricultura Familiar: evolução favorável em anos recentes. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, V.35 |N.4, p. 51-60, 2008.

FELINI, E. **GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL**. Disponível em <http://www.ms.gov.br/agraer-investiu-em-alternativas-para-fortalecer-agricultura-familiar-em-ms/> Acesso em 19/03/17.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, V.R.; SOUZA, P.M. De; PONCIANO, N. J.; CARVALHO, A.J.C. De A fruticultura como alternativa para a produção familiar no âmbito do pronaf nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana – RJ. **Rev.. Bras. Frutic.**, Jaboticabal – SP, V. 25, N. 3, p. 436-439, dezembro 2003

FOWERAKER, J. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil**. Tradução de Maria Júlia Goldwassar. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.134

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em <http://www.noticias.ms.gov.br/>. Acesso em 19/03/17.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em <http://www.noticias.ms.gov.br/agricultura-familiar-movimenta-r-224-milhoes-na-economia-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em 19/03/17.

GUANZIROLI, C. E.; [et al.] **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HESPANHOL, R.A. **Produção familiar**: perspectiva de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. 354 p. (Doutorados em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 08/09/17.

LAGO, A. et al., 2009. **Caracterização e análise da cadeia de produtiva de hortaliças in natura em Frederico Westphalen-RS**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABLEAAF/caracterização-analise-cadeia-produtiva-hortaliças-in-natura-frederico-westphalen-rs>>. Acesso em: 19/07/17.

LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.

LOURENZANI, A. E. B. S.; FILHO, N. A P.; SILVA, A. L. **Utilização de comércio eletrônico na comercialização de hortícolas: um estudo de caso**. In: VI INTERNATIONAL PENSA CONFERENCE, 2007, Ribeirão Preto, Brasil. Disponível em: <[http://www.pensaconference.org/conteudo.php?cont=2&ano=2001&ano\\_id=3&artid=958](http://www.pensaconference.org/conteudo.php?cont=2&ano=2001&ano_id=3&artid=958)>. Acesso em: 10/05/17.

\_\_\_\_\_.; SILVA, A. L. **Um estudo da competitividade dos diferentes canais de distribuição de hortaliças**. Gestão e Produção, V. 11, N.3, p.385-398, set./dez. 2004.

L\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Um Estudo da Competitividade dos Diferentes Canais de Distribuição de Hortaliças**, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v11n3/a11v11n3.pdf>>. Acesso em: 15/06/17

MACIEL, M. **Como Tornar Seu Sítio Lucrativo**. São Paulo: IDEL, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário de 2006**. MDA, Brasília, 2010, p. 14. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo\\_2006.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo_2006.pdf)>. Acesso em 25/05/17

\_\_\_\_\_. **O que é agricultura familiar**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em 04/03/17

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 318 p

MOREIRA, R.J. **Parceria e os negócios do coronel**: trabalho familiar residente e competição no complexo rural. In: Moreira, R.J. Agricultura Familiar: processos sociais e competitividades. p. 135-156. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOURÃO, I. R. A. **Manual 2: Características dos operadores da comercialização hortigranjeira**. 2006. Disponível em: <http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/pub22.pdf>. Acesso em: 04/08/2014.

NAGLIS, S. G. B. “Marquei Aquele Lugar Com o Suor do Meu Rosto” **Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943 - 1960)**. Disponível em: [http://209.177.156.169/libreria\\_cm/archivos/pdf\\_76.pdf](http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_76.pdf). Acesso em 19/03/17.

PELEGRINI, M. **GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL**. Disponível em <http://www.noticias.ms.gov.br/>. Acesso em 19/03/17.

RODRIGUES, R.V.; CASTRO, E.R. DE; TEIXEIRA, E.C. **Avaliação de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar**. RER, Rio de Janeiro, V.45, N.01, p.139-162, jan/mar 2007

SCHNEIDER, S. (Org) **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS SEBRAE Disponível em <http://observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/22072013180651.pdf>. Sebrae. Acesso em 04/03/17

OLIVIER, F. S. V.; ÂNGELO, M. C. de O. **Sustentabilidade e agricultura familiar** / organizador Olivier François Vilpoux (2011) ed. CRV, Curitiba Vergara, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

## APÊNDICE I

### QUESTIONÁRIO (REPRESENTANTE AGRAER)

- 1) A AGRAER fornece apoio técnico aos agricultores familiares, com qual regularidade?
- 2) Qual a quantidade de famílias atendidas?
- 3) Quais as variedades de hortaliças produzidas pelos agricultores?
- 4) Quais as associações que o município tem?
- 5) Quais as cooperativas que o município tem?
- 6) A AGRAER está mobilizando e preparando os agricultores para se tornarem fornecedores da CEASA? Há planejamento, projetos nesse sentido?
- 7) Há utilização de incubadoras nos projetos implantados pela AGRAER?
- 8) A agricultura familiar é uma atividade que produz em pequena escala, o produto orgânico e agroecológico é uma alternativa para agregar valor aos produtos, e assim o agricultor familiar pode aumentar sua lucratividade, existe incentivo por parte da AGRAER nesse sentido?
- 9) A AGRAER oferece cursos e treinamentos para o aprimoramento das técnicas de plantio, cultivo e gestão?
- 10) Existe alguma parceria, mobilização, projeto ou planejamento integrado para que os Agricultores Familiares de Deodápolis se tornem fornecedores da CEASA- DOURADOS-MS?
- 11) Uma das grandes dificuldades do agricultor familiar é a atividade pós-porteira de comercialização, escoamento de sua produção como o AGRAER atua nesse sentido (de que forma a AGRAER, orienta o produtor)?

12) A AGRAER incentiva o agricultor familiar a participar de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)?

13) Quantos agricultores que participam do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) produzem hortaliças?

14) A colonização feita em nosso município influenciou de forma positiva a atividade rural?

## APÊNDICE II

### QUESTIONÁRIO (AGRICULTOR FAMILIAR)

#### PERFIL

Gênero

- Masculino
- Feminino

Idade

- Abaixo de 18 anos
- 25 a 29 Anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- Acima e 50 anos

Estado Civil

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Separado (a)
- Viúvo (a)
- União Estável

Escolaridade

- Analfabeto (a)
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior

Renda

- Abaixo de 1 Salário Mínimo
- Até 1 Salário Mínimo
- De 1 Salário até 2 Salários Mínimos



De 2 Salários até 3 Salários Mínimos

Acima de 3 Salários

1) Variedades do plantio? (alface; cebola; tomate etc.)

2) Quanto se produz por cada variedade mensalmente?

3) Das opções abaixo qual delas prejudica mais atividade (pode escolher mais de uma alternativa):

clima

falta de apoio técnico adequado

falta de subsídios

comercialização

outros

4) Considera sua rentabilidade satisfatória?

sim  não

5) Sabe o que é PAA, PNAE ?

6) De quais desses programas de incentivo do governo (PAA; PNAE) participa?

7) Algum órgão (como a prefeitura; AGRAER) já veio incentivar sua participação nesses programas?

sim  não

9) Tem conhecimento sobre as associações e cooperativas do município, sabe como uma associação ou cooperativa funciona?

10) Participa de alguma associação ou cooperativa?

sim  não

11) Onde vende o que é produzido na sua propriedade, como comercializa?

supermercados

feiras

restaurantes

domicílios

outros

12) Quanto tempo trabalha com hortaliças?

13) Em que locais comercializa o que produz ?

14) Sabe o que é uma CEASA?

15) Tem interesse em se tornar fornecedor da CEASA?

sim  não

16) Sabe que será implantado uma CEASA em Dourados? Se a resposta for não, pule para pergunta 18.

sim  não

17) Como tomou conhecimento:

rádio

TV

AGRAER

Sindicato Rural

Secretaria de Agricultura (prefeitura)

Outros

18) Tem conhecimento sobre hortaliças orgânicas e agroecológicas?

19) Produz ou tem interesse em produzi-las?

sim  não

20) Algum representante da APOMS já entrou em contato?

sim  não

APOIO TÉCNICO

21) Sente-se satisfeito (a) com o apoio técnico oferecido pelos órgãos como a AGRAER e a administração pública municipal?

sim  não

22) Os órgãos oferecem cursos e treinamentos para o aprimoramento das técnicas de plantio, cultivo e gestão?

sim  não

## **APÊNDICE III**

### **QUESTIONÁRIO (SECRETÁRIO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DEODÁPOLIS)**

- 1) Quais são os investimentos municipais destinados à agricultura familiar? Há algum investimento da prefeitura para incentivar os agricultores familiares do município para se tornarem fornecedores da CEASA/MS – Unidade de Dourados?
- 2) Quais são os projetos destinados a agricultura familiar?
- 3) Em relação a abrangência, quantos agricultores são atendidos?
- 4) A prefeitura incentiva; fornece subsídios para que o Agricultor Familiar do município se torne fornecedor da CEASA Dourados-MS?